

Sobre a Comunidade do Afeto: comunicação alternativa e comunidade no contexto atual

Raquel Paiva

Professora associada 3 da Escola de Comunicação da UFRJ, coordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC), pesquisadora 1 A do CNPq, autora de diversos livros e artigos científicos na área da comunicação alternativa e crítica de mídia, dentre eles “O Espírito Comum – mídia, comunidade e globalismo”, em 1997, pela Editora Vozes, 2000 pela Editora Mauad.

Marcello Gabbay

Doutor em Comunicação e Cultura pela ECO/UFRJ, com estágio sanduíche na Université Paris V, Sorbonne. Professor do FIAM-FAAM – Centro Universitário. Músico e compositor.



Resumo

Este texto integra uma série de reflexões em torno da estrutura comunitária, sua forma social e as possibilidades de comunicação. A preocupação é refletir sobre as novas formas de contato no momento em que grandes (antigas e novíssimas) incertezas assombram a era atual. Preocupações que vão desde o fim dos recursos naturais à falência de modelos midiáticos e de comunicação até então adotados. Diante do exaurimento dos recursos humanos e do auge do desenvolvimento tecnológico, percebe-se o surgimento de novas formas sociais e de produção de mensagens em que a forma dialógica corporifica-se como alternativa viável, num cenário em que o afeto desponta como o principal ligame vincutivo.

Palavras-chave: comunicação comunitária; comunicação alternativa; comunidade do afeto; comunicação poética.

Abstract

This paper is part of a series of studies over the community structure, its social design and possibilities of communication. Our aim is to think about new ways of human contact exactly when such huge uncertainties surround the current time; including concerns over the end of natural resources and the failure of the current media patterns of communications. Before the scarcity of human resources and the height of technological development, we can perceive the birth of new social ways of community and communications, in which the dialogical form takes body as an available alternative, in a scenario in which affection pops up as the main social bond.

Keywords: community communications; alternative communications; community of affection; poetic communications.

1. APRESENTAÇÃO DO CONTEXTO

Seria a comunidade ainda um destino?

O fato é que, diante do atual ambiente de profundo estresse e ansiedade pelo cotidiano nas grandes cidades e incerteza com os próximos tempos, percebemos todos que nos encontramos virtual e definitivamente ligados e dependentes uns dos outros, como nunca deixamos de ser e como talvez nunca gostaríamos de ter sido. No esforço de tentar visualizar e definir este sentimento/ambiente, antes de qualquer conceito, vem-nos à mente a impactante tela de Théodore Géricault (1791-1824), “Le Radeau de la Méduse”¹, sobre o famoso naufrágio ocorrido em 1816, próximo ao Senegal. Nada de radicalmente novo aqui: A obra de Géricault tem despertado a atenção de inúmeros pensadores, artistas e mesmo de produtores de massa.

Assim como uma obra literária pode se constituir num painel de sua época (Balzac, por exemplo), um grande quadro é capaz de deixar transparecer, na metáfora do acontecimento, a crise visceral de uma sociedade. Com “Le Radeau de la Méduse” não poderia mesmo ser mesmo diferente. Em exposição permanente na sala 77 no Museu do Louvre, em Paris, o tema desse quadro com dimensões avantajadas (491×716 centímetros) causou impacto desde o momento em que Géricault, afetado pela notícia do naufrágio resolve estudar os relatos dos sobreviventes. O acidente e a obra têm produzido inúmeros discursos e reflexões, a começar pelas causas do naufrágio: a imperícia e a inexperiência de um capitão de origem monárquica. Mas as informações sobre a perda de todos os postulados éticos e morais e a vigência de uma regra baseada na sobrevivência, com a eliminação dos mais frágeis e o relato do canibalismo não eram menos chocantes.

Nosso propósito aqui é levantar a hipótese de que, nessa fase do capitalismo financeiro, podemos estar vivendo o instante imediatamente anterior e poste-

1_ A jangada da Méduse, ícone do romantismo francês, faz referência à embarcação improvisada pelos tripulantes da Méduse, a fragata francesa que naufragou a caminho do Senegal. O quadro de Géricault retrata o 12º dia do naufrágio da embarcação que inicialmente tinha 150 pessoas e chegou a 15 homens, que para sobreviver chegaram a recorrer ao canibalismo e assassinato dos menos fortes.

rior ao do naufrágio da “Méduse”. Analogicamente, estamos neste momento em que os modelos vigentes já não contam, e os futuros podem ser decididos e planejados. Na falta de compreensão da crise, há a perspectiva de nos confrontarmos com situações em que reduzidas serão as opções de escolha.

Apesar de partirmos do pressuposto de que as questões implicadas na *semiose* do “Radeau de la Méduse” -- ou seja, os índices de desaparecimento da ética e da moral -- são conhecidas e de domínio público por definirem o horizonte da sociedade atual, elegemos com a função de postulado/máxima um trecho escrito pelos autores franceses Lipovetsky e Serroy, publicado pela primeira vez em 2008, cujo subtítulo resume bem o teor da proposta: “resposta a uma sociedade desorientada”. Diz assim:

Um pouco em toda parte vê-se ao mesmo tempo um sentimento de desorientação e de impotência coletiva em controlar o curso do futuro. [...] Sem dúvida alguma a tarefa de mudar o existente não é das mais simples, ainda mais que as grandes ‘soluções’ da era moderna perderam credibilidade. A economia administrada faliu, a social-democracia começa a não dar certo; quanto ao neoliberalismo, não cessa de mostrar cruelmente seus limites e suas injustiças em todo o planeta. É por isso que, mais do que nunca, deve-se dar lugar à imaginação, à multiplicidade de projetos e idéias. (LIPOVETSKY & SERROY, 2011, p. 148).

Este cenário, em que se detecta a falência dos modelos até então existentes, tem norteado uma multiplicidade de produções em todas as áreas de conhecimento. Há alguns anos, o teórico português Boaventura Souza Santos (2007, p.25) chegou a propor uma nova sociologia, a que deu o nome de “Sociologia das Ausências” e “Sociologia das Emergências”, num projeto de elencar seriamente os problemas que envolvem nossa sociedade atual e consequentemente estabelecer metas e soluções. A ideia central, a partir da Sociologia das Ausências é produzir “um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, uma alternativa não-crível, invisível à realidade hegemônica do mundo” (SOUZA SANTOS, 2007, p. 28).

Este procedimento possibilita para a área da comunicação uma pesquisa concentrada na leitura

crítica e análise de discurso, em suas variadas formas e escolas, sobre a produção midiática. Inúmeros são os exemplos que poderíamos eleger com estes objetivos, de questões fulcrais às banalidades, como também o espaço que ocupam na produção midiática. Ou seja, investigar, na produção brasileira, o lugar e o tratamento destinado a questões ecológicas, como a Usina de Belo Monte até a edição do 11º BBB. Aliás, investigar a agenda da mídia é, sem dúvida alguma, das maiores obrigações da área e de forma sistêmica, permanente e incansável.

Sem intenção panfletária, esta é a tarefa maior de todos os que estudam e pesquisam na área da comunicação, ainda que possuam objetos particulares: analisar o discurso e os silêncios. A partir desta disposição, encaminhamo-nos para o que Boaventura designa como Sociologia das Ausências e das Emergências. Segundo o autor, é exatamente no entrecruzamento das duas Sociologias que emerge a necessidade de redefinir o que se compreende por futuro. Sua proposta é abandonar a ideia de um futuro infinito e distante e concentrar-se no futuro concreto e contraído. A concentração no futuro imediato, tomado como presente, fará com que se eleja, diante da emergência de inúmeras experiências que até então estavam invisíveis, aquele que se apresenta “em caráter emergencial”.

2. DESENHANDO POSSIBILIDADES: AINDA AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Para inúmeras ciências, e em especial para a sociologia, a ideal da estrutura comunitária se opunha à existência concreta da estrutura societária como um lugar ou um momento capaz de produzir um ambiente de maior confraternização entre os indivíduos. As ideias mais vigorosas em torno da estrutura comunitária surgiram a partir desse confronto entre as duas ordens. Entretanto, atualmente se diagnostica o surgimento da proposta em função principalmente da impossibilidade de persistência do modelo capitalista como aplicado até então. Esse novo cenário tem sido proposto por autores de diversas áreas, mas surpreendentemente também na área econômica, como André Lara Resende em entrevista

no Jornal O Globo², citando também outro expoente da proposta, o ambientalista inglês Paul Gilding, a partir do seu livro “A Grande Ruptura”³.

Não são autores novos nem “revolucionários”. Aliás, uma questão de fundo que este nosso texto pretende trazer pode ser enunciada sinteticamente da seguinte forma: grande parte da reinterpretção do pensamento comunitarista do século passado, ou seja, a tentativa de analisar a estrutura dentro dos cenários da atualidade, não se encontra referenciada por novos autores. Por outro lado, grande parte das análises realizadas não é retomada pelos novos profetas e defensores do viés comunitarista e de toda a sua temática. A primeira grande desculpa é que a estrutura comunitária, vista pelo prisma da sociologia, atrela-se excessivamente a questões que poderiam ser computadas como dogmáticas na atualidade, sejam elas a espacialidade ou ainda a vinculação excessiva entre os membros ou ainda o rol de obrigações que os vinculados possuem com o ideário do grupo.

Emerge outra questão, que parece mais de fundo psicológico, porque, diante de um cenário de tamanha incerteza, até mesmo quanto à possibilidade de sobrevivência da espécie humana, parece ser imprescindível que se busquem pensamentos e teorias que nunca foram pensados. A hipótese é que inserir ordens atualíssimas, como a questão tecnológica, em reflexões já dadas significa redescrever o status-quo e ampliar as possibilidades de soluções.

Por isto mesmo, ainda que este texto não pretenda retomar o percurso do conceito de comunidade, é inevitável mencionar os pensadores que realizaram o percurso, desde a sua consolidação a partir da sociologia com Tönnies e Durkheim. A investigação presente pretende percorrer o caminho que mais consistência possa oferecer à hipótese de que, no horizonte, em contraposição à *semiose* da jangada da “Méduse”, desenha-se uma comunidade estabelecida por laços e marcas da afetividade. Supõe-se que a estrutura comunitária mova-se em direção a saídas para a “armação” presente na atualidade.

2_ Jornal O Globo, 5 de fevereiro de 2012, caderno de Economia, p. 37

3_ “The great disruption – why the climate crisis”, 2012, St Martin Press

Faz sentido, assim, retomar algumas das propostas defendidas pelo comunitarista canadense Charles Taylor no início da década de 1990. Uma simples afirmação como “nós não podemos abolir o mercado, mas nós não podemos mais nos organizar exclusivamente graças ao mercado” (TAYLOR, 1994, p.117) deixa transparecer as preocupações daqueles que, naquele momento, discutiam a excessiva concentração no que ele chamou de “razão instrumental”, ou seja, um distanciamento das questões basilares para a vida e sobrevivência dos indivíduos, como por exemplo, a ecologia. No século passado, Taylor já previa que a ineficácia dos pequenos grupos na luta contra as ameaças às espécies e reservas naturais devia-se à inexistência de uma “consciência coletiva”.

A questão trazida por Taylor e outros neo-comunitaristas estava no cerne da própria existência, para além do mero acesso aos bens de consumo e dos últimos aportes tecnológicos. De certa maneira, essas reflexões inseriram no contexto atual o sentido de mais responsabilidade pública para com a questão. Na verdade, uma postura mais engajada do que a prevista por Christopher Lasch em meados dos anos 1980, quando ele aponta para o que nomeou como uma “retórica da crise”, promovida pela mídia, a partir de filmes, revistas, livros, músicas e noticiário, que foram capazes de promover exatamente o contrário de uma preocupação efetiva e uma ação mobilizadora. A excessiva concentração na temática, a partir dos anos 1960 nos Estados Unidos, principalmente, “desvigorou a ideia de crise e deixa-nos indiferentes a apelos fundamentados na asserção de que algum tipo de emergência exige nossa atenção” (LASCH, 1987, p.54). A saída, dizia Lasch, é que os assuntos energéticos, armamentistas, ambientalistas deveriam sair do escopo das questões técnicas, pelos meros gerentes da crise, e deveriam ser tratadas de forma política, cooperativa e democrática, ou seja pela figura do cidadão.

É, assim, estratégica, a ideia de cidadania. Vale lembrar que essa ideia, conforme a conhecemos, surge num contexto histórico marcado pelas transformações do poder tradicional, ou seja, na mudança da sociedade medieval para a era moderna, no momento em que se instauram as medidas que cons-

tituiriam a nova ordem social destinada a substituir o trabalho servil pelo trabalho livre. Para Habermas (1998, p.144), foi a burguesia urbana a responsável pela transformação dos súditos em cidadãos. Este momento é importante porque todos os direitos que constituem a cidadania passam por profundas transformações, visando sempre à transformação da inserção do indivíduo na estrutura social. A conceituação de Marshall (1967, p 65) é bastante direta porque entende a cidadania como um status universal, enriquecida pelos direitos e regulada pelos contratos. Para ele, “o status diferencial, associado com classe, função e família foi substituído pelo único *status* uniforme de cidadania, que ofereceu o fundamento da igualdade sobre a qual a estrutura da desigualdade foi edificada. (MARSHALL, 1967, p.79-80).

A ideia do contrato social é muito cara à implementação da cidadania moderna. Isto porque se sabe que os direitos dos homens são uma invenção artificial, advinda das relações sociais e políticas. Os direitos dos homens e cidadãos constituem uma criação histórica, uma construção social e política, realizada a partir de alterações estruturais nas sociedades e quase sempre fruto de lutas e embates sociais contrários à vigência das ordens arcaicas.

Entretanto, a constituição do direito, por mais abrangente que seja, possui uma visão parcial da estrutura social e não garante a presença efetiva de cidadãos. É preciso enfatizar — principalmente porque o nascedouro da ideia de cidadania é o enfeixamento dos direitos — que certos autores contestam a neutralidade ética do direito e permitem-se, como os comunitaristas Michael Walzer (1998) e Charles Taylor (1993), depois de investigarem o lugar e papel do Estado de direito nas sociedades, considerar que o Estado de direito deve ser responsável também pela promoção da “boa vida”.

Esta perspectiva é importante, principalmente em sociedades como a brasileira com uma excessiva concentração de riquezas e desníveis sociais muito marcantes. Dentro desse contexto, a inserção social passa a ser considerada como um ponto de partida básico, muito aquém da estrutura dos contratos sociais e dos ditames legais de toda jurisprudência dos direitos coletivos. O entendimento aqui é do papel fulcral

do Estado para com as coletividades naquilo que é considerado *dever* de garantir as condições de uma existência digna a todos os indivíduos.

Esta é uma discussão que ainda se encontra em aberto diante das enormes zonas de exclusão existentes em países do terceiro mundo, como o Brasil. O entendimento do que constitui cidadania pode ser bem claramente expresso numa passagem do livro do Rapper Fiel (“Da favela para as favelas”, lançado no final de 2011) em que ele desenvolve a sua ideia de *cidadania de exceção*: “Ser cidadão é ter direito à liberdade, à vida, à propriedade, à igualdade, ter direitos políticos, enfim ter direitos civis. [...] Cidadania no Brasil é papo furado!” (FIEL, 2011, p. 69) Em seguida ele passa a descrever uma série de situações do cotidiano do morador de uma favela carioca, demonstrando a presença/ausência do Estado e a dificuldade de acesso a bens básicos, como tratamento de esgotos ou mesmo à simples entrega de correspondências. Fiel, produzia uma rádio comunitária que foi recentemente fechada e agora se encontra na internet, que no Morro Santa Marta, onde vive, é gratuita. O *élan* não é o mesmo, visto que muitos moradores, apesar de terem computadores em casa, desconhecem que ela migrou.

Este exemplo revela o quanto é difícil trabalhar ainda hoje no Brasil com uma temática que envolva cidadania, comunidade e comunicação, porque a questão legal, a legislação, os fluxos do mercado e suas idiosincrasias mesclam-se de maneira determinante no cotidiano dos indivíduos, fazendo-os conviver concomitantemente com ordens que definitivamente não deveriam mais pertencer ao estágio histórico da atual civilização. Mesmo reconhecendo esse terreno ambíguo de existência, o sentimento da cidadania ativa, entretanto, é de ser preciso avançar em direção a outras perspectivas, para além da necessidade de sobrevivência. Não se pode perder de vista o que já preconizava Aristóteles a propósito da cidadania grega, que importante mesmo é o acesso à boa vida, ou seja aquela em que os homens estão em condições de deliberar sobre o mérito da excelência moral, desfrutam da participação política, compartilham os bens comuns e decidem sobre seus usos. Este é considerado um estágio posterior ao do supri-

mento das necessidades mínimas de sobrevivência.

Assim, vemos emergir formas de produção da participação na vida social e de produção do comum que passam ao largo da noção estrita de contrato social. A inviabilidade de inserção na estrutura de bem-estar e direito – por vezes legitimada a partir de narrativas e valores impetrados nas classes corporativas – ao invés de continuar produzindo imobilidade e vazio psicológico, resulta em práticas inventivas do comum e do comunicar-se, que têm como *élan* fundamental não apenas o contrato social, mas os vínculos afetivos, a presença e a partilha da experiência.

Talvez seja precisamente esta característica — a da inserção integral na vida pública que marca o conceito de cidadania — a ligação da comunicação com a comunidade. A conjugação *cidadania, comunicação e comunidade* impõe à compreensão do processo comunicativo uma atuação para além do seu formato midiático, resgata a sua concepção etimológica da busca pela ação comum, caráter que define a estrutura comunitária segundo Roberto Esposito, ao agregar o dever para com o outro. Ambas, comunicação, cidadania e comunidade partem em busca da realização do seu caráter destinal: o da busca do bem comum.

3. ATUALIDADE E POSSÍVEIS FORMAS COMUNITÁRIAS

A ideia do filósofo italiano Gianni Vattimo (2003) sobre a comunicação pressupõe uma comunidade afetiva, mantida por um acordo de gostos em torno do problema da partilha coletiva de vozes e sensações. Mas ainda que, aparentemente partindo de Kant, ele se revela plenamente heideggeriano quando assevera que “a afetividade não é um acidente que se coloque ao lado da pura visão teórica das coisas”, por ser um aspecto constitutivo da abertura humana para o mundo. Ele diz também: “Se a situação afetiva é algo que encontramos sem dela podermos dar razão, a conclusão será que ela nos põe perante o fato de o nosso modo originário de captar e compreender o mundo ser algo cujos fundamentos nos escapam, sem ser, por outro lado, uma característica transcendental de uma razão ‘pura’, já que a afetividade é precisamente o que cada um de nós tem de mais

profundo, de mais individual e de mais cambiante” (VATTIMO, 1971, p.39).

Pressupõe-se, e este é o objeto central desta reflexão em que a vinculação afetiva parece estar assumindo a vetorização da relação entre os indivíduos, movidos muito mais por esta determinante, que pelos tradicionais laços de parentesco, consanguíneos, territoriais e mesmo legais. Diante desse novo cenário, falar em comunidade e a sua presença na sociedade atual significa preocupação efetiva com a existência comum, para além de aspectos meramente legais e agendas políticas?

Por outro lado, o problema continua sendo o que foi detectado por Muniz Sodré, isto é, a determinação quanto a real natureza do sensível nos processos de comunicação ou de informação. De que a comunicação é um novo tipo de força produtiva, quase não há hoje mais nenhuma dúvida, uma vez que se multiplicam os reconhecimentos analíticos de que as estratégias do discurso e da sensibilidade integram decisivamente a produção e de que até mesmo a ação ética pode se definir como comunicação criativa.

E vale retomar aqui para esta incursão, a reflexão de Sodré:

Ainda não se avaliou com profundidade a parte da dimensão afetiva no que se vem chamando de passagem do “sensório-motriz” (caracterizado pela intervenção energética do corpo em trabalho) ao “sensório sígnico”, que se entende como o deslocamento da corporeidade ativa para o gestual de interpretação e controle sígnico (principalmente em sua forma indicial) dos dispositivos técnicos. (SODRÉ, 2006, p.72).

Talvez não possamos mais pensar em comunidade no sentido tradicional, em especial aquela centrada no enfoque da pertinência à localidade, uma das três formas previstas por Ferdinand Tönnies (1979) ao lado da comunidade de parentesco e da comunidade do espírito. Não podemos deixar de considerar, entretanto, que em alguns lugares do país, na atualidade, a palavra comunidade substituiu “favela”. É bastante comum a auto-nomeação “sou de comunidade” por parte dos moradores desses espaços populares, muito mais no sentido do pertencimento a uma série de fatores além do territorial. Está

implícito nesta auto-nomeação o sentido de pertencimento a uma forma de existência, a uma turma, uma tribo, ao encontro daquilo a que se refere o sociólogo francês Michel Maffesoli (1987).

É possível que a ideia da “comunidade de espírito” possa revelar com maior nitidez traços do que se pretende entender como a comunidade da atualidade. Uma estrutura comunitária não mais fundada no esquema proposto por Esposito, em que o dever e a tarefa para com o outro sejam o elemento de ligação. Mas sim e principalmente uma possibilidade de vinculação em que o afeto, a simpatia, a igualdade de interesses e de partilha definam os contatos. Entender que este formato seja mais descompromissado com o real histórico não constitui uma premissa básica. Ainda há muito a se investigar neste sentido e esta se configura como a prerrogativa de agora em diante: descortinar as características e o perfil do que estamos nomeando por “comunidade do afeto”

4. RASCUNHOS DA “COMUNIDADE DO AFETO”

Neste sentido, retomar o pensamento que Roberto Esposito (1998) desenvolve na introdução do livro seu “*Communitas*” pode ajudar a tracejar este caminho que pretendemos construir. Esposito parte da ideia de que, até hoje, nós não fomos ainda capazes de pensar a comunidade de forma não-essencialista. Temos pensado o ser-em-comum como um corpo de identidade; de uma identidade dada pelo compartilhamento de uma propriedade. Nessa perspectiva, o que define o grupo é o que ele tem em comum, a propriedade, seja essa propriedade uma característica dos indivíduos, seja o território, os costumes.

Na tentativa de romper com essa perspectiva essencialista, sua proposta envolve uma ruptura com a própria linguagem da filosofia política moderna. Trata-se de encontrar um ponto de partida hermenêutico exterior à tradição filosófica. E o ponto de partida que vai transpô-lo a uma noção de comunidade diferente, ele encontra na etimologia da palavra “comunidade”, ou seja, no termo latino *communitas*, que se forma a partir dos vocábulos *cum* e *munus*. O vocábulo *cum* quer dizer “com”. Ele explica que *cum*

é aquilo que nos coloca uns diante dos outros, uns em relação com os outros, um com os outros – é o que nos lança na experiência de estar junto. Portanto, *cum* é aquilo que liga, que junta o *munus*.

Já o termo *munus*, ele explica, possui três significações possíveis, todas elas relacionadas à ideia de dever, de obrigação, de encargo, de função. São elas *onus*, *officium* e *donum* (ônus, ofício e dom ou doação). Assim, *munus* expressa na relação dos homens uns com outros estabelecida pelo *cum*, um reconhecimento recíproco, um engajamento comum, uma espécie de comunhão. Esposito considera que aquilo que os membros de uma comunidade têm em comum não seja alguma coisa de positivo, como um bem ou uma propriedade, nem mesmo um pertencimento e nem uma essência. Para ele, o que possuem em comum é um *dever*, uma *tarefa*, uma *dívida*. O que une as pessoas é uma falta que as obriga a cumprir determinadas tarefas. Ou seja, a dívida que todos têm para com todos, essa obrigação, nascida da falta, do vazio, do medo de cada um de nós.

Para Esposito ainda, na época moderna surge, em contraposição à ideia de *communitas*, a de *immunitas*, que, aliás, é o título de outro livro seu. Para ele, *immunis* é aquele que não tem dívida, obrigação em relação aos demais homens. Ele considera que é a gratidão que leva o sujeito a se sentir devedor e a pagar com uma doação e esta não é mais uma característica do homem moderno. Esposito argumenta que os indivíduos modernos são *immunis* e estão dispensados da dívida que liga uns aos outros, estão liberados do contato que ameaça a sua identidade e a sua individualidade e de possibilidades que os expõem a um possível conflito com o seu vizinho.

A ideia da gratidão como elo de ligação entre os indivíduos também é desenvolvida por outro autor italiano, jornalista da RAI e cientista político, Marcello Veneziani, em seu livro publicado inicialmente em 1999 e reeditado em 2010, “Comunitari o liberal: la prossima alternativa?”. Depois de traçar todo um percurso tentando definir cada uma das duas ordens, ele apresenta um capítulo em vai tratar da ética da honra e ética da generosidade.

Veneziani argumenta que, apesar do sentido da

honra ser o núcleo da ética comunitária, assim como a generosidade ser a boa consciência da ética liberal, na verdade um não exclui o outro: Honra e generosidade. Ele propõe um jogo belo com os sentimentos presentes em cada uma das duas éticas. Para ele, honra evoca responsabilidade, mérito. É um sentimento aristocrático e se opõe a humildade, que é uma virtude cristã. *Humilis* vem de *húmus* que evoca a terra, a horizontalidade. Ao passo que *honor* indica vocação vertical destacando-se da terra. Assim, o autor sintetiza: a honra é um sentimento vertical do horizonte comunitário; a generosidade é um sentimento horizontal de uma existência fundada subjetivamente, fundamentada no sujeito.

O autor faz uma abordagem sobre o que vem a ser a ética comunitária – trabalha com a questão da honra com um enfoque interessante vendo-a como aparência e forma. (VENEZIANI, 1999, p.65-66) Traça ainda uma distinção entre o que nomeia por: Ética da honra, que possui uma correlação entre direitos e deveres muito estreitos, Ética da generosidade, em referência direta com os direitos humanos, Ética comunitária, que para ele transcende os direitos do cidadão e compõe também seus deveres, a ética comunitária é fundamentada sobre o princípio da responsabilidade. E finalmente a Ética liberal, como a que ultrapassa os direitos do cidadão, concebendo-os com aqueles considerados humanos.

Veneziani argumenta que os parâmetros de referência para a sociedade segundo a ética comunitária são a tradição e a maioria. Lamenta que na atualidade haja um pálido desenho sobre o que compõe a honra, lembrando que a honra nasce junto com a política, ela é o primeiro sentimento político (VENEZIANI, 1999, p.74). Ao passo que a generosidade é para ele um sentimento impolítico na medida em que abole os limites e os conflitos.⁴ E define que a generosidade abate o limite e nega o conflito, ao passo que a política evoca a alteridade, o nós e eles, já a generosidade nasce a partir da superação desses limites. Finalmente, depois de citar Hannah Arendt (VENEZIANI, 1999, 74), para quem o altruísmo não pode ser uma virtude política, conclui expondo como deve ser uma nova cultura comunitária, onde

⁴ Veneziani lembra que limites deriva de *limes*, o muro da *polis* que o conflito, o *polemos*.

basicamente deveriam ser reinterpretadas as duas propostas éticas (honra e generosidade).

Acrescente-se a este cenário a proposição de Maffesoli (2013) de que vivemos uma fase transitória entre a falência da vida moderna e o surgimento de novas formas de afecção e vinculação, amparadas em certo vitalismo, instinto instantâneo de partilha que o autor define como “enraizamento dinâmico”, uma forma de pertencimento comunitário ao mesmo tempo enraizado na co-presença e aberto a experiência da diferença, capaz de engendrar uma espécie de solidariedade de base. No estrangulamento de todas as formas modernas de produção contratual do respeito, da moral e das normas sociais, a solidariedade ressurgiu com bases essencialmente humanas; ou seja, em um estágio anterior a forma social, como desejo de produção do estar-junto, do *comum*.

No esforço por definir a natureza do que nomeamos por “comunidade do afeto”, é preciso ainda reforçar que certamente a compõe de maneira decisiva o contexto atual da densificação tecnológica e do altíssimo fluxo de informação a partir de novos mecanismos de conexão. As múltiplas formas de troca de mensagens oferecem uma conformação específica para este novo formato de estar juntos — que não é certamente o mesmo do “Radeau de la Méduse”. Este contexto deve ser considerado como algo definidor e definitivo para a época atual, não apenas no que se refere às conexões entre os sujeitos, mas também a sua própria forma de colocar-se frente à coletividade. No naufrágio do velho “social”, tecnologia e consumo, por si só, não ensejam o resgate dos valores e da dimensão afetiva imprescindível à vinculação humana. Na jangada da Méduse, a comunidade deveria ser uma emergência, mas resultou em ausência.

Acreditamos que a produção do comum estaria mais próxima da experiência estética, onde as trocas não se restringem aos códigos linguísticos ou informacionais, mas configuram-se em um âmbito abstrato, anterior ao código (SODRÉ, 2015). Na produção do comum, por vezes, a linguagem corporal, presencial, ou poética privilegia a imanência da emoção e não a intencionalidade da mensagem, quer dizer, a estrutura do texto poético ultrapassa a finalidade da mensagem. Assim, a comunicação afetiva é tudo aquilo que ultrapassa a finalidade objetiva e a

intencionalidade prévia ou preventiva do emissor no ato de comunicar.

A prevalência dos sentidos diz respeito ao aspecto mais orgânico das relações e das práticas comunicacionais. A artista japonesa Yoko Ono (in SHEFF, 2012, p. 58-59/ 282) referiu-se a este fenômeno como uma feminilização das relações com o mundo, com o outro e com o tempo, a partir da alegoria do útero, um órgão interiorizado, voltado para os sentidos, provocador de um comportamento comunicacional mais direto, afetivo, em oposição à “grande comunicação” massiva. É precisamente o que Maffesoli (2010, p. 7) denomina “invaginação dos sentidos”, em analogia antagônica ao caráter “espermático” e projetivo da modernidade. Abandonamos a ideologia progressista que nos colocava no porvir utópico e passamos a agir e reagir de dentro dos processos cotidianos de produção de sentidos:

Quer estejamos ou não conscientes, o ambiente específico da modernidade ocidental foi, em seu sentido etimológico, como acabo de remarcar, “espermático”. No quadro de suas instituições educativas, sociais, políticas, econômicas, o que prevaleceu foi mesmo a mobilizações de energias, individual e coletiva, em vistas de uma salvação futura: a Cidade de Deus no céu (Santo Agostinho), ou o Paraíso terrestre (Karl Marx) e se realizar no longo prazo (MAFFESOLI, 2010, p. 7-8)⁵.

Isto nos ajuda a fincar os pés na experiência do tempo presente. Observar os fenômenos sociais, artísticos e comunicacionais a partir de dentro. É somente quando superamos a expectativa projetiva e revolucionária – no sentido mitificado da palavra, superlativo, utópico, universalista – que vem pausando nossas análises, que conseguiremos vislumbrar formas de produção do comum cuja potência transformadora não se mensura em escala universalista, mas no movimento contínuo do dia-a-dia. Assim, a *comunidade do afeto* faz sentido se entendida como efeito inventivo da aglutinação comunitária. Ou seja, à formação de agrupamentos ligados pelos laços de afeto e estabelecidos em bases comunicacionais alternativas segue-se a geração de novos modos de expressão e novas formas de relação com o tempo,

5_ Tradução dos autores.

com o território e com os mecanismos comunicacionais em si.

Mas o que está por detrás da produção dos afetos? Maffesoli menciona o “sacral”⁶ como o elo comum baseado nos afetos, é o que está no fundo da vida em comum, o que anima – a alma – e o que fascina pelo retorno dos mistérios, do que é obscuro. O “divino social” de Durkheim (1996, p. 461-462) ressurgiu como experiência comum, partilhada através da participação mística no outro, o mimetismo, o totemismo, o ser outro, uma “sensibilidade ecológica” que religa o homem ao território e ao convívio coletivo.

Tratam-se de formas de socialização baseadas menos no contrato social e nos impositivos morais, e mais nos afetos, na experiência comum, no tato, no movimento de atrações e repulsões, no plano estritamente cotidiano. A divindade ecológica ou arbustiva⁷, enraizada e ramificada em diversas possibilidades de racionalidade, é um fenômeno propriamente coletivo e comunicativo, que coloca em jogo o dicotomismo racionalista ocidental em favor de racionalidades locais. Maffesoli (2010, p. 73) dissocia o pensamento representativo, aquele baseado em conceitos universais ou pré-estabelecidos, do pensamento presentativo, baseado na experiência e na interação; donde a ideia de *conhecimento* como *cum nascere*, ou nascer com, em comum, processo de interação ligado ao conhecimento comum (ordinário), à vida da comunidade, suas formas de ser e de pensar, ao espaço que faz o vínculo.

O lugar faz o laço. O laço significa que o espaço, a natureza, e os elementos primordiais que a compõem, tornam visível a força invisível do laço que me une aos outros. Donde a importância simbólica de um termo como “casa”, que, em seu sentido essencial, remonta a este abrigo comum, onde podemos encontrar segurança e proteção. Certamente contra os desdobramentos dos elementos naturais, mas igualmente contra as adversidades sociais (MAFFESOLI, 2010, p. 73)⁸.

Assim, o novo comunitarismo poderia assumir a capacidade de interpretação e reinterpretação do

6_ Anotação de aula de Michel Maffesoli, do conjunto de seminários *Lérotique sociale*, em 21 de março de 2011.

7_ Anotação de aula de Michel Maffesoli, do conjunto de seminários *Lérotique sociale*, em 4 de abril de 2011.

8_ Tradução dos autores.

mundo a partir de si, da “emergência” de sua própria realidade. O exercício de existir como interpretar-se, colocar-se em questão, a si – a comunidade – ao outro e ao mundo, é próprio da vida cotidiana comum, segundo a leitura de Benedito Nunes (2010, p. 12-18) sobre o ser-no-mundo heideggeriano; tal exercício reflexivo se localiza subterraneamente, em uma espécie de “liame mais primitivo e fundamental”, cuja forma de ação se dá no intercâmbio entre os âmbitos práticos e poéticos da vida cotidiana. O ser-no-mundo é, portanto, um exercício do ser-em-comum, a lida com o outro, seja positiva ou negativamente. Mas acrescenta Nunes, a interpretação de que é capaz o ser-em-comum parte de pressupostos discursivos, visões de mundo, verdades, conceitos, que, por meio do discurso que as faz fluir, determinam a linguagem. O que pretendemos dizer com isso é que a linguagem é determinada pelas estruturas de verdades que permeiam a experiência coletiva. Se o mundo existe apenas a partir da experiência do ser, enquanto projeto, e se a verdade é de tal forma produto do ser-no-mundo, conforme ainda a interpretação de Nunes (2010, p. 49-52), a teoria heideggeriana nos redireciona aqui para a possibilidade de formulação de linguagens mais legítimas ou adequadas para determinada experiência comum, para cada formulação de mundo. O processo comunicacional é, naturalmente, flexível a cada forma de experiência coletiva. A capacidade de reinterpretação, a potência criativa da *comunidade do afeto*, condiz com a possibilidade de propor meios alternativos de comunicação e expressão. A mera adoção de modelos consagrados no âmbito das sociedades urbanas ocidentais já não faz sentido de forma universalista, o que, deixe-se claro, não anula ou invalida a necessidade de interação, face a face, nestes mesmos meios.

Por fim, a capacidade de reinterpretação, como exercício de pensamento, reflexão, tem estreita relação com uma linguagem poética. “Pensamento do ser e dizer poético se entrelaçam”, conclui Nunes (2010, p. 45-46). A linguagem poética é o que induz às novas possibilidades, à invenção de um outro mundo, à reinterpretação dos fatos da vida, às construções as mais variadas sobre o ser-em-comum. É a linguagem poética também que estabelece as formas de temporalização e espacialização, as diferentes

maneiras como uma coletividade pode lidar com seu tempo e seu território, e como, ao contrário, pode se deixar estimular por estes mesmos fatores.

A linguagem poética, então, é parte de todo um repertório de elementos vinculadores que agem pelo afeto, pelas maneiras de funcionamento do *espírito comum*. A *arkhé* de que fala Sodré, um “consenso quanto a representações que se projetam na linguagem e nos modos afetivos de articulação das experiências”, fundando uma “economia invisível”, da cooperação, da solidariedade, do valor coletivizante fundado nas invocações, saudações, cantigas, danças, comidas, lendas, parábolas, e signos cosmológicos “que se transmitem inicialmente no quadro litúrgico do terreiro, mas que se irradiam para a sociedade global” (Sodré, 2008, s/n)⁹.

Trata-se de compreender a comunicação como exercício de interrogação, onde todo processo de trocas estabelecido pelo exercício comunicativo abra possibilidades de questionamento quanto a si, ao outro, e ao ser-no-mundo, num jogo orgânico de reinterpretação. E, como bem sabemos, para o jogo de reinterpretação, é fundamental a capacidade criativa, o lúdico e o imaginário.

REFERÊNCIAS

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas**: origine e destino della comunità. Torino, Einaudi, 1998.

FIEL, Repper. **Da favela para as favelas**, Rio de Janeiro, Coletivo Visão das Favelas, 2011

HABERMAS, Jürgen. **L'inclusione dell'altro**: studi de teoria política. Milão, Editora Feltrinelli, 1998

LASCH, Christopher **O mínimo eu**: sobrevivência psíquica em tempos difíceis. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1987.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A cultura-**

⁹ Palestra “A ignorância da diversidade” proferida por Muniz Sodré, gravada em DVD para a série “Invenção do contemporâneo”, da TV Cultura, em 2008.

-mundo: resposta a uma sociedade desorientada. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1987.

MAFFESOLI, Michel. **Matrimonium**: petit traité d'écologie. Paris: CNRS, 2010.

MAFFESOLI, Michel. **Le nouveau bien-pensants**. Paris: Éditions du Moment, 2013.

NUNES, Benedito. **Heidegger e Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

SHEFF, David. **A última entrevista do casal John Lennon e Yoko Ono**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2012.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis-afeto, mídia e política**. Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, Muniz. A ignorância da diversidade. **DVD A Invenção do Contemporâneo**, TV Cultura, 2008.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo, Editorial Boitempo, 2007

TAYLOR, Charles. **Radici dell'io**: la costruzione dell'identità moderna. Milão, Editora Feltrinelli, 1993.

TAYLOR, Charles. **La malaise de la modernité**. Paris, Lês editions du cerf, 1994.

TÖNNIES, Ferdinand. **Comunidad y Asociación**: el comunismo y el socialismo como formas de vida social. Barcelona, Ed. Península, 1979.

VATTIMO, Gianni. **Introdução a Heidegger**. Lisboa: Edições 70, 1971.

VATTIMO, Gianni. **Comunicação e Transparência**.

In: FRANÇA, Vera et ali. **Livro da XI Compós**: estudos de comunicação. Porto Alegre, Editora Sulina, 2003

VENEZIANI, Marcelo, **Comunitari o liberal?** La prossima alternativa. Editori Laterza, 1999

WALZER, Michael. **Sulla Tolleranza**. Roma, Editora Laterza, 1998.

Recebido_10 de fevereiro de 2017

Aprovado_02 de abril de 2017